



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 03 – Ano II – 05/2013
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Novos tempos: Educação a Distância e a revolução da tecnologia na sociedade em rede

Professora Doutora Marlene Almeida de Ataíde
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC
– SP – Brasil. Professora e pesquisadora do Curso de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro - UNISA - SP - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7753597347502273>
E-mail: maataide@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo visa realizar uma visita à literatura para refletir sobre a Educação a Distância, modalidade de ensino que se forja na sociedade contemporânea, e envolve modernas tecnologias para abarcar pela via da inclusão os sujeitos sociais nas mais diversas áreas do conhecimento que não tiveram assegurado o direito de ingressar nos cursos presenciais do ensino superior. Nesta perspectiva, os centros urbanos desenvolvidos estão devidamente aparelhados com recursos tecnológicos para essa modalidade de ensino, porém, ainda contamos com uma significativa parcela da população que não tem acesso às novas tecnologias e são automaticamente excluídas do ingresso num curso superior, pois o desenvolvimento que surge com as novas tecnologias não garante acesso para todos, a exemplo daqueles sujeitos que ainda se encontram em algumas regiões do planeta deixados à própria sorte.

Palavras-chave: Educação a distância. Tecnologia. Sociedade em rede.

Introdução

“Não se preocupe com a distância entre seus sonhos e a realidade. Se você pode sonhá-los você pode realizá-los”
(Belva Davis)

A Educação a Distância não se configura como um dado novo no mundo. Essa modalidade de ensino vem se expressando especialmente no nosso país como uma significativa alternativa para a inclusão de jovens e adultos que não tiveram o direito garantido para o ingresso nos cursos superiores presenciais, ou ainda, devido a escassez de tempo para frequentar cursos presenciais por motivos de trabalhos, viagens, enfim uma gama de motivos que os levam a optar pelo ensino a distância. Temos por outro lado, um mercado de trabalho cada vez mais exigente na demanda de oferta de empregos, tendo em vista a lógica do mercado cada vez mais seletista que exige profissionais qualificados para competir nas mais variadas funções. Portanto, para aqueles sujeitos que não dispõem de tempo para frequentar as aulas presenciais como requer a tradição, o ensino a distância vem absorvendo cada vez mais esse público alvo.

No entanto,

Desde seu surgimento, a Educação a Distância (EAD) vem suscitando questionamentos quanto a sua definição. Assim, ao longo dos anos, muitos estudiosos vêm fazendo tentativas no sentido de conceituar esta modalidade de ensino, que vem incorporando novos mecanismos e estratégias pedagógicas e tecnológicas no decorrer da sua história. (VIDAL; MAIA, 2010, p. 11).

É importante esclarecer que se expande no nosso país muitas discussões sobre esse temas muitas vezes acaloradas, principalmente nas duas últimas décadas quando passa a receber maior atenção, pela via do ensino superior, pois atravessa um período de exigências que demandam na sua operacionalidade pedagógica qualidade e acesso, pois,

A educação é a base para o desenvolvimento social, cultural e econômico. Faz parte dos direitos constitucionais a que todo cidadão tem o direito de usufruir. A grande questão é como proporcionar esse direito, como dever do Estado, a todos em igualdade de oportunidades para que cada um possa construir sua identidade pessoal e profissional. (VIEIRA; HERMENEGILDO; MORAES e ROSSATO, 2012, p. 64)

Em virtude das orientações que ancoram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, promulgada em 1996, tanto os Estados quanto o governo procuram intensificar suas políticas educacionais na expansão de vagas no ensino superior cujas estratégias se ampliam com grande intensidade na modalidade de Educação a Distância (EaD). Para tanto, a legislação em vigor caracteriza essa forma de ensino,

[...] como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (1º Parágrafo do Decreto-Lei nº 5.622 de 19 de dez. 2005).

As bases legais da Educação a Distância no Brasil têm sua gênese na LDBEN 9.394 de 20.12.1996, pelo Decreto 2494 de 10.02.1998, Decreto nº 2561 de 27.04.1998 e na Portaria Ministerial Nº. 301 de 07.04.1998, até então essa modalidade ensino não havia merecido por parte do poder público nenhum tipo de regulamentação em lei ordinária.

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (Decreto 2.494, de 10.02.1998).

Assim, Educação a Distância, conforme mencionam os relatos dos autores visitados caracteriza-se na forma de um sistema aberto e flexível, capaz de atender contingentes humanos em diferentes modalidades de ensino e em locais e tempos distintos que abrange as várias extensões territoriais do Brasil.

A Lei nº. 10.172, de 09.01.2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, em suas Diretrizes, estabelece o seguinte em relação ao Poder Público com relação à Educação a Distância:

E preciso ampliar o conceito de educação a distância para poder incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, internet, sejam por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia. A Lei de Diretrizes e Bases considera a educação a distância como um importante instrumento

de formação e capacitação de professores em serviço. Numa visão prospectiva, de prazo razoavelmente curto, é preciso aproveitar melhor a competência existente no ensino superior presencial para instrumentalizar a oferta de cursos de graduação e iniciar um projeto de universidade aberta que dinamize o processo de formação de profissionais qualificados, de forma a atender as demandas da sociedade brasileira. (Plano Nacional de Educação).

Além das legislações acima assinaladas, tem-se por outro lado o Sistema Universidade Aberta no Brasil - UAB, instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, no Art. 1º decreta que tal Sistema está “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” Outra perspectiva que fomenta essa modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, é no sentido de apoiar pesquisas em metodologias inovadoras, respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, visa incentivar a colaboração entre a União e os agentes federativos para estimular a criação de centros de formação permanentes por meio dos pólos de apoio presencial em locais estratégicos.

Nesta perspectiva, tal modalidade de ensino se realiza movida por uma gigantesca estrutura logística e organizacional, ou seja, criação de pólos de apoio, tutoria, coordenação de mídia e de conteúdo, estrutura física, entre outros, pois a modalidade de ensino a distancia é considerada como expoente para o desenvolvimento econômico, político e social de nosso país.

Esta modalidade de ensino vem captando sujeitos das mais diversas regiões do país. No entanto, para compreender a natureza do conceito de sujeito, traz-se, como ponto de partida, o significado filosófico do sujeito como a consciência, isto é, “o princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo.” (ABBAGNANO, 2000, p. 929-932). Portanto, o sujeito seria aquele indivíduo dotado de capacidades autônomas, iniciativas e relações, e não o indivíduo que é objeto passivo de tais relações. Portanto, o conceito filosófico refere-se ao sujeito racional determinante de suas relações porque reconhece a função diretiva e construtiva que ele pode exercer.

Por oportuno, Morin alerta que a subjetividade humana não pode ser reduzida apenas à consciência, como também não o pode limitar à afetividade.

Para explicar a necessidade de uma concepção complexa do sujeito, esse autor resgata a idéia de liberdade, que, para ele, supõe “[...] a capacidade cerebral ou intelectual de conceber e fazer escolhas, e a possibilidade de operar essas escolhas dentro do meio exterior” (MORIN, 2004, p. 126). Assim, ele propõe uma definição do sujeito a partir da sua base biológica, uma vez que a idéia de sujeito origina-se no ser vivo, na espécie, mas não se reduz a ele, porque também reconhece seu lado como sujeito consciente, auto-reflexivo. Além disso, esse autor coloca o sujeito como um ponto do holograma que contém o todo da trindade humana indivíduo-sociedade-espécie, posto que:

Ser sujeito supõe ser indivíduo, mas a noção de indivíduo somente tem sentido se ela comporta a noção de sujeito. A primeira definição do sujeito deve ser biológica. É uma lógica de auto-afirmação do indivíduo vivo pela ocupação do centro de seu mundo, o que corresponde, literalmente, à noção de egocentrismo. Ser sujeito é se situar no centro do mundo, tanto para conhecer como para agir. (MORIN, 2002, p. 126).

Tem-se também que as bases tecnológicas apresentadas viabilizam uma diversidade de formas de comunicação entre os sujeitos, e, assim, permitiram a re-configuração de práticas de interação social. Todavia, se por um lado é necessário reconhecer que esses novos aparatos tecnológicos criaram as condições necessárias para o desenvolvimento de formas de comunicação mais velozes e em rede,

[...] não se pode, por outro lado, afirmar como a interação social acontece nessas redes de comunicação, nem se é que ela ali acontece, pois a interação social depende de outros elementos que estão além das possibilidades dessa base tecnológica (LAPA, 2005, p.14).

1. Na era da tecnologia da informação e da sociedade em rede: a guisa da fundamentação teórica.

"O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas." (*Peter Drucker*)

Estamos vivendo a era da tecnologia informação. Esta nova era flui a velocidades alarmantes e em expressivas quantidades, transformando de forma significativa a sociedade e a economia as quais adotam novos papéis para não

permanecerem excluídos das novas experiências trazidas por esse processo tão veloz. As experiências que se acumulam com tais experiências na vida cotidiana são de tal vulto que levam Virilio (1999) a firmar que o tempo e o espaço desapareceram como dimensões significativas do pensamento e da ação humana.

(Assmann, 2000, p. 9) constatou a importância desse papel e destacou que as novas tecnologias de informação e comunicação diferem das tecnologias tradicionais, pois enquanto que essas serviam para ampliar os sentidos “(braços, visão, movimento)”, as novas tecnologias “ampliam o potencial cognitivo do ser humano (seu cérebro/mente) e possibilitam mixagens cognitivas complexas e cooperativas”. Esse processo ocorre devido ao fato de que uma “quantidade imensa de insumos informativos” se encontra disponíveis na rede e “um grande número de agentes cognitivos humanos pode interligar-se.” Todos os períodos da humanidade tiveram características e peculiaridades que lhes deram uma identidade própria.

No século XX ocorreram grandes e significativas transformações as quais provocaram mudanças em todos os setores da sociedade e nesta perspectiva, a sociedade que surgiu nesse período recebeu diferentes denominações conforme alguns autores, ou seja: Sociedade pós-industrial (Bell, 1977), sociedade pós-moderna (Lyotard, 1990), sociedade pós-capitalista (Drucker, 1994), sociedade em rede (Castells, 1999), sociedade da modernidade líquida (Bauman, 2001) e sociedade da informação (Mattelart, 2002) são algumas das denominações cunhadas por estudiosos desse período.

Na busca de compreender as transformações que ocorrem no mundo numa visita à literatura encontramos (Catells, 2005, p. 17) intelectual renomado que traz significativas análises que fundamentará nossas reflexões ao ressaltar que este mundo se encontra em processo de estruturais mudanças desde há duas décadas, e que se trata de um processo “multidimensional”, atrelado pela emergência de um “novo paradigma tecnológico”, que se baseia “nas tecnologias de comunicação e informação”, que passaram “a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo”. Argumenta que, “[...] Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade”. Na sua concepção quem dá forma tecnologia é a própria sociedade e isso ocorre levando em conta “as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”. Lembra referido autor que,

Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. A história da Internet fornece-nos amplas evidências de que os utilizadores, particularmente os primeiros milhares, foram, em grande medida, os produtores dessa tecnologia. (CASTELLS, 2005, p. 17)

Castells (2005) considera que a sociedade emergente se caracteriza como “a sociedade da informação ou sociedade do conhecimento” embora não concorde com tal terminologia, alegando que conhecimento e informação não são elementos centrais na nossa sociedade, ao enfatizar que a novidade ocorre pelo fato de se tornarem base da microeletrônica por meio das redes tecnológicas que operam novas capacidades, ao mesmo tempo em que ao longo da história tem constituído em vantagens, mas também problemas por oposição a outras formas de organização social.

Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objectivo definido por uma autoridade central. As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. (CASTELLS, 2005, p. 18).

No entanto, Castells admite que as redes de comunicação digital são na sua essência a coluna vertebral da sociedade em rede, “se comparadas como as redes de potência (ou redes energéticas)”, ao citar o historiador Thomas Hughes, pois eram as infra-estruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída. Desta forma a sociedade em rede se expressa de variadas formas de acordo “com a cultura, as instituições e a trajectória histórica de cada sociedade”, tal como a sociedade industrial englobou realidades tão diferentes ao citar como exemplos, “os EUA a União Soviética, a Inglaterra e o Japão” e ainda assevera,

[...] que partilhavam algumas características fundamentais que permitiam a sua definição, dentro do industrialismo, como uma forma distintiva de organização humana não determinada pelas tecnologias industriais, mas impensável sem elas. (CASTELLS, 2005, p. 19)

É importante observar que a comunicação em rede, na visão de Castells, transcende fronteiras, pois a sociedade em rede é global, ou seja, baseada em redes globais. Nesta perspectiva a sua lógica chega a países de todo o planeta e

difundem-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. Portanto, o que denominamos de globalização é outra forma de nos referirmos à sociedade em rede. No entanto há de se considerar a existência das seletividades nas redes se considerarmos os seus programas específicos no sentido de comunicar e não comunicar simultaneamente, pois esta mesma sociedade em rede que se difunde por todo o mundo ainda não inclui todas as pessoas, pelo contrário, “ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social”. (CASTELLS, 2005, p. 19)

Nós estamos mentalmente formatados para uma visão evolucionista do progresso da humanidade, visão que herdamos do Iluminismo e que foi reforçada pelo Marxismo, para quem a humanidade, comandada pela Razão e equipada com a Tecnologia, se move da sobrevivência das sociedades rurais, passando pela sociedade industrial, e finalmente para uma sociedade pós-industrial/da informação/do conhecimento, a montanha esplendorosa onde o Homo Sapiens vai finalmente realizar o seu estado dignificante. Porém, mesmo um olhar superficial sobre a história desafia este conto de fadas do progresso humano: os Holocaustos Nazi e Estalinista são testemunhas do potencial destrutivo da Era Industrial, e as maravilhas da revolução tecnológica coexistem com o processo auto-destrutivo do aquecimento global e com o ressurgir de epidemias à escala do planeta. (CASTELLS, 2005, p. 18).

(Castells, 2005, p. 190) enfatiza que “[...] a questão não é como chegar à sociedade em rede, um auto proclamado estádio superior do desenvolvimento humano”, mas para isso torna-se imprescindível “reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos,” para então identificar os meios que por intermédio destas sociedades específicas em contextos específicos, podem atingir os seus objectivos e realizar os seus valores”, e assim fazer uso consciente das novas e crescentes “oportunidades geradas pela mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de transformar as nossas capacidades de comunicação, pois que permite a alteração dos nossos códigos de vida”, e ainda nos possibilita fornecer as ferramentas para realmente “controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu potencial destrutivo e todas as implicações da sua capacidade criativa”. Demonstrando certa ironia referido autor frisa também que não basta apenas,

“[...] difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para quê são usadas as

tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de *performance* superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projectos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede (CASTELLS, 2005, p. 19).

De acordo com Castells (1999, p. 67-69) nesses intervalos que vivenciamos na história observa-se que “a característica principal é a transformação da nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação”. As principais características desta denominada sociedade em rede não se configuram essencialmente com o conhecimento e a informação, pois, como lembra o autor essas já fizeram parte de outras histórias, mas sim as tecnologias de informação e comunicação que geram impactos e mobilizam os fluxos da vida econômica, política e cultural do mundo contemporâneo.

No entanto, destaca que a “tecnologia é o instrumento mais adequado para se impor uma dominação e controle sobre a natureza e sobre a sociedade” e que o progresso tecnológico, de certo modo, se constitui em estratégia do desenvolvimento capitalista, não necessariamente vinculada às necessidades básicas da população; tornando-se “um fator ideológico pelo fato de irradiar a idéia de que ele representa o caminho do bem estar social para todos os segmentos sociais” (ZARTH *et al*, 1998, p. 35-36).

Neste sentido, a cada dia emergem nas sociedades inovações tecnológicas, que além de afirmativas essas tecnologias surgem para facilitar e melhorar a vida do indivíduo na sociedade, ou seja, poupa-lhes tempo, encurta distâncias, vence fronteiras e supera os desafios de ordem sócio-econômica.

Por oportuno cabem algumas indagações que avaliamos importantes para a nossa reflexão quais sejam: É verdadeiro que essa revolução tecnológica atinge a totalidade dos sujeitos sociais no mundo, ou ela elege apenas determinadas classes sociais que tem acesso ao mundo da informação? É verdadeiro que mundo onde vivemos é um espaço que coloca em condições de igualdade os seus cidadãos onde todos podem se deslocar mais rapidamente, ou ainda contamos com uma gama incomensurável de sujeitos sociais no mundo que

não tem acesso as tecnologias da modernidade? Os problemas oriundos de uma sociedade estratificada, desigual como no caso brasileiro vêm sendo superados pelos avanços tecnológicos?

São algumas indagações que devem permanecer abertas para uma profunda reflexão.

2. Breve resgate histórico da Educação a Distância

"Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.[...] Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos" (Paulo Freire)

É importante realizar de forma mesmo que sucinta uma contextualização sobre o surgimento das primeiras iniciativas e dos eventos considerados significativos no Brasil na trajetória existencial da Educação a Distância, pois esta vai se construindo/e ou se sustentando no movimento da história.

No final da primeira guerra Mundial surgiram novas iniciativas de ensino a distância em virtude de um considerável aumento da demanda social por educação, confirmando, de certo modo, as palavras de William Harper, escritas em 1886: *"Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais."* O aperfeiçoamento dos serviços de correio, a agilização dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação influíram decisivamente nos destinos da educação a distância. Em 1922, a antiga União Soviética organizou um sistema de ensino por correspondência que em dois anos passou a atender 350 mil usuários. A França criou em 1939 um serviço de ensino por via postal para a clientela de estudantes deslocados pelo êxodo.

A partir daí, começou a utilização de um novo meio de comunicação, o rádio, que penetrou também no ensino formal. O rádio alcançou muito sucesso em experiências nacionais e internacionais, tendo sido bastante explorado na América Latina nos programas de Educação a Distância do Brasil,

Colômbia, México, Venezuela, entre outros. Após as décadas de 1960 e 1970, a Educação a Distância, embora mantendo os materiais escritos como base, passou a incorporar articulada e integradamente o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o computador e, mais recentemente, a tecnologia de multimeios, que combina textos, sons, imagens, assim como mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem (hipertextos, diferentes linguagens) e instrumentos para fixação de aprendizagem com *feedback* imediato (programas tutoriais informatizados) etc..

Atualmente, o ensino não presencial mobiliza os meios pedagógicos de quase todo o mundo, tanto em nações industrializadas quanto em países em desenvolvimento. Novos e mais complexos cursos são desenvolvidos, tanto no âmbito dos sistemas de ensino formal quanto nas áreas de treinamento profissional. A Educação a Distância foi utilizada inicialmente como recurso para superação de deficiências educacionais, para a qualificação profissional e aperfeiçoamento ou atualização de conhecimentos. Hoje, cada vez mais foi também usada em programas que complementam outras formas tradicionais, face a face, de interação, e é vista por muitos como uma modalidade de ensino alternativo que pode complementar parte do sistema regular de ensino presencial. Por exemplo, a Universidade Aberta oferece comercialmente somente cursos a distância, sejam cursos regulares ou profissionalizantes.

Outro aspecto a ser considerado no desenvolvimento da Educação a Distância pode ser descrito basicamente em três gerações, conforme os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época.

Primeira geração: Ensino por correspondência, caracterizado pelo material impresso iniciado no século XIX. Nesta modalidade, por exemplo, destaca-se no Brasil o Instituto Universal Brasileiro atuando há mais de dezenas de anos nesta modalidade educativa, no país;

Segunda geração: Teleducção/Telecursos, com o recurso aos programas radiofônicos e televisivos, aulas expositivas, fitas de vídeo e material impresso. A comunicação síncrona predominou neste período. Nesta fase, por exemplo, destacaram-se a Telescola, em Portugal e o Projeto Minerva, no Brasil;

Terceira geração: Ambientes interativos, com a eliminação do tempo fixo para o acesso à educação, a comunicação é assíncrona em tempos

diferentes e as informações são armazenadas e acessadas em tempos diferentes sem perder a interatividade. As inovações da *World Wide Web* possibilitaram avanços na educação a distância nesta geração do século XXI. Hoje os meios disponíveis são: teleconferência, *chat*, fóruns de discussão, correio eletrônico, *weblogs*, espaços *wiki*, plataformas de ambientes virtuais que possibilitam interação multidirecional entre alunos, professores e tutores.

Mas por outro lado, esses avanços ou invenções na área da tecnologia tendem a se tornarem ultrapassados de uma hora para outra, pois, são recursos que se renovam com muita velocidade e assim,

Pode-se incorrer em dois perigos ao buscar descrever como os aparatos materiais que sustentam a atual revolução tecnológica se relacionam e transformam a sociedade. O primeiro, de menor gravidade científica, seria o de pretender apresentar uma descrição exata quando ela não tem outra alternativa senão já aparecer ultrapassada. Pois, qualquer apreciação histórica sobre a evolução dos aparatos tecnológicos no mundo contemporâneo envelhece rapidamente, porque a velocidade das inovações traz consigo, quase que imediatamente, a obsolescência desses aparatos, ao contrário de revoluções tecnológicas anteriores nas quais as inovações levavam décadas para provocarem transformações sociais e para serem substituídas por novas invenções (LAPA, 2005, p. 18).

No que tange a educação a distância no ensino superior no Brasil tem-se que,

[...] os marcos de referência foram a Universidade Federal do Mato Grosso e a Universidade Federal de Santa Catarina, ambas no ano de 1995, com o início efetivo de pesquisas aplicadas para o uso de tecnologias então emergentes e a criação de cursos a distância (SANTOS, 2011, p. 19).

Por outro lado há registros anteriores de educação a distância em universidades no país que “[...] mostram experiências localizadas como as da Universidade de Brasília, em 1979, da Universidade Federal de Lavras, desde 1989”, além de determinados “[...] projetos de pesquisa e aplicação de tecnologia da informação” destinados ao processo de ensino-aprendizagem como por exemplo os que foram desenvolvidos na “[...] Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC- UFRGS), na década de 1990” (SANTOS, 2011, p. 19)

Uma cronologia simplificada dos marcos da Educação a Distância no Brasil pode ser visualizada no quadro a seguir que contempla não apenas o

ensino superior, mas, também, o início do ensino por correspondência, com a oferta de cursos livres no começo do século XX e as datas mais significativas para o uso do rádio, da televisão, de transmissões via satélite e das tecnologias recentes de comunicação digital.

[...] Em apenas 15 anos, de 1995 a 2010, foi possível observar uma trajetória de conquista metodológica para a EAD pela universidade brasileira, até então majoritariamente ausente do segmento da educação a distância - ressalvadas as experiências da Universidade de Brasília (UnB), na década de 1970, com a oferta de cursos de extensão a distância e da UFLA na década de 1980 (SANTOS, 2011, p. 19).

No quadro a seguir, há um breve histórico da modalidade Educação a Distância no país. Vejamos:

Ano	Eventos
1904	Início da oferta dos cursos por correspondência.
1923	Rádio Sociedade Educativa do Rio de Janeiro, por Edgard Roquete-Pinto.
1939	Instituto Monitor. Cursos livres de iniciação profissional.
1941	Instituto Universal Brasileiro. Cursos livres de iniciação profissional.
1942	Reforma Capanema. Primeira legislação (Artigo 91) que reconhece a validade dos estudos feitos à distância.
1965	Início das TVs Educativas, que viriam a gerar os telecursos, preparatórios para exames supletivos.
1979	UnB lança cursos livres, em parceria com a The Open University.
1989	UFLA. Primeira universidade a oferecer cursos de pós-graduação a distância.
1990	Transmissão de TV via satélite. Educação continuada para professores, com o programa Salto Para o Futuro.
1994	Primeiro vestibular para uma licenciatura a distância, pela UFMT. Início do curso em 1995, inaugurando o ensino de graduação a distância no País.
1995	Disseminação da internet para além do ambiente acadêmico e corporativo.
1995	Criação do LED-UFSC, laboratório que criou a metodologia e os sistemas para os primeiros cursos de especialização e de mestrado com uso de internet e videoconferência, deflagrando a universidade virtual no País.
1996	LDB. Reconhecimento da validade da EAD para todos os níveis de ensino, no Artigo 80 da Lei 9.394/96. Contribuição do educador Darcy Ribeiro.
1999	O MEC inicia o processo de Credenciamento de IES para EAD.
2000	AIEC lança a primeira graduação on-line do País, em Administração.
2001	Início do ciclo privado de tele-educação, com EAD via satélite, pela Unitins e pela UNOPAR.
2003	2003 LFG – Início da rede Luís Flávio Gomes, para educação continuada e preparatória de concursos e ensino jurídico por EAD via satélite.
2006	O Governo Federal institui o Programa Universidade Aberta – UAB.
2008	Primeiro curso de Direito por EAD, criado pela UNISUL, na UnisulVirtual.

Fonte: Adaptado de SANTOS... 2011, p. 19 -20.

3. A Educação a Distância e a sua relação com as novas tecnologias: ontem e hoje

“Mas a convivência é feita também de silêncio, e distancia” (*Fernando Sabino*)

No momento atual contamos o elevado crescimento do emprego de tecnologia em contextos de ensino-aprendizagem que vem tomando grandes proporções no nosso país, e uma das formas mais evidentes desta interação educação-tecnologia é a Educação a Distância na modalidade *on-line* e no ensino semipresencial.

Esta constatação está referendada na análise dos autores ao afirmarem que,

O crescimento do mercado de educação a distância (EaD) é explosivo no Brasil e no Mundo. Dados estão disponíveis por toda parte: cresce exponencialmente o número de instituições que oferecem algum tipo de curso a distância, o número de cursos e disciplinas ofertados, de alunos matriculados, de professores que desenvolvem conteúdos e passam a ministrar aulas a distância, de empresas fornecedoras de serviços e insumos para o mercado, de artigos e publicações sobre EaD, crescem as tecnologias disponíveis, e assim por diante (MAIA e NETO, 2007, p xiii).

Porém, em tal modalidade de ensino no tocante aos conceitos, estes são diversificadas quando atribuídos a Educação a Distância, pois a maioria dos autores o descreve com base na educação presencial, porém referida modalidade de ensino é “um processo evolutivo, que começou com a abordagem na separação física das pessoas e chega ao processo de comunicação, incluindo, no final do século XX, as tecnologias da informação”. (GUAREZI, 2009, p. 129).

Não obstante os diversos conceitos encontrados na literatura destacam-se o que segue por se coadunar perfeitamente com a formatação do ensino a distância, ou seja,

[...] é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que substitui a interação pessoal, em sala de aula, entre professor e aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização tutorial de modo a propiciar a aprendizagem autônoma dos estudantes. (ARETIO *Apud* GUAREZI, 2009, p. 19).

Nesta direção, a Educação a Distância se cerca de certos recursos didáticos, ou seja, os multimeios tecnológicos na perspectiva de substituir, ou tentar

aproximar a relação entre professor e aluno, mesmo que estejam fisicamente distantes, na busca de diminuir a distancia.

O termo “a distancia” que indica separação física do professor e do aluno, “não exclui o contato direto dos alunos entre si ou do aluno com alguém que possa apoiá-lo na aprendizagem”, tornando-o sujeito do processo de construção de seu próprio conhecimento (GONÇALVES 1997, *apud* VIDAL e MAIA, 2010, p. 20).

De acordo com (Guarezi, 2009, p. 20), “[...] os conceitos de EAD mantêm em comum a separação física entre o professor e o aluno, e a existência de tecnologias para mediar a comunicação e o processo de ensino aprendizagem”. Ou seja, a evolução do conceito se dá no que se refere aos processos de comunicação, pois a Educação a Distancia cada vez mais, passa a possuir maiores possibilidades tecnológicas para efetivar a interação entre os pares para aprendizagem.

Portanto, a evolução da Educação a Distancia acompanhou a evolução das tecnologias de comunicação que lhe dão suporte, mas é necessário registrar a preocupação de diversos educadores que afirmam, como (Demo, 2007, p. 90), que tal evolução tecnológica não significa necessariamente evolução pedagógica: “sempre é possível usar a tecnologia mais avançada para continuar fazendo as mesmas velharias, em particular o velho instrucionismo”.

De um modo geral podemos afirmar que a Educação a Distancia aplica as tecnologias disponíveis para fazer acontecer o processo de ensino e aprendizagem, superando as barreiras do espaço e do tempo. Dentre as principais características dessa modalidade de ensino, devem-se fortalecer aquelas ligadas a autonomia do estudante, a comunicação e o processo tecnológico, e assim é possível construir um conceito mais completo (GUAREZI, 2009, p. 20).

Para compreender a importância da Educação a Distancia - em nosso sistema educacional é importante encetar uma reflexão sobre o contexto social atual em que se estrutura e como tal política pode contribuir de forma efetiva para promoção da cidadania e da emancipação de nossa sociedade, sem que se aprofunde a crença em relação os meios tecnológicos enquanto mensageiros da resolução dos problemas da educação nacional.

O ensino a distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser de massa e que substitui a interação pessoal entre professor e aluno na sala de aula, como meio preferencial do ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a

aprendizagem autônoma dos estudantes (ARETIO, *apud* IBÁÑEZ, 1996, p. 10).

No Brasil, a Educação a Distância surge como possibilidade de difusão e de democratização da educação de qualidade e como uma das melhores opções para a inclusão social, e para a melhoria quantitativa e qualitativa do processo educacional; tudo isso face à limitação do sistema educativo convencional, também denominado de tradicional e de presencial, de responder às demandas pleiteadas pela evolução da sociedade e dos processos de comunicação. Assim é que, as limitadas oportunidades de acesso ao ensino superior, por exemplo, não se enquadram num cenário de instabilidade e mutação dos mercados de trabalho, a ponto de clamar por novas fórmulas, a fim de se atingir cidadania, desenvolvimento e justiça social.

Tedesco (2001) argumenta que para explicar essa situação é preciso entender que estamos vivendo um processo de profunda transformação que engloba o surgimento de novas formas de organização social, econômica e política, sendo fato a necessidade de refletirmos sobre o papel da educação diante dessa “nova” realidade. O autor afirma que a função social da educação necessita abordar dois pontos problemáticos: “definir os conhecimentos e as capacidades que a formação do cidadão exige e a forma institucional pela qual esse processo de formação deve ocorrer”. (TEDESCO, 2001, p.21)

Diante deste processo de mudanças, faz-se necessário reformular as perguntas básicas sobre os fins da educação, sobre quem assume a responsabilidade de formar as novas gerações e sobre qual legado cultural, quais valores, qual concepção de homem e de sociedade desejamos transmitir. E a fim de responder a essa “nova realidade” e sanar essas questões, o MEC – Ministério da Educação e Cultura – e as instituições públicas que desenvolvem a Educação a Distância afirmam que essa modalidade contribui para a construção de um novo paradigma da educação brasileira.

Os potenciais benefícios que a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pode promover são afirmados, enquanto elementos de justificativa para a incorporação e expansão desse modelo por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), e nesse sentido destacam-se alguns dos potenciais operacionais valorizados: - trazer para a universidade um enorme

potencial didático-pedagógico; - ampliar oportunidades onde os recursos são escassos; - familiarizar o cidadão com a tecnologia que está em seu cotidiano; - dar respostas flexíveis e personalizadas para pessoas que exigem diversidade maior de tipos de educação, informação e treinamento; - oferecer meios de atualizar rapidamente o conhecimento; - estender os espaços educacionais; - motivar os profissionais e alunos para aprender continuamente, em qualquer estágio de suas vidas.

A Educação a Distância, apoiada em tal operacionalidade, se estrutura e ganha cada vez mais adeptos – e financiamento -, para que realize seu potencial de superação do modelo tradicional de ensino e promova a atualização do conhecimento no ambiente escolar, condizente com as novas gerações e com suas características de dinamismo, velocidade, diversificação, volatilidade e de repúdio à obsolescência – *programada* - dos conteúdos e dos aparatos tecnológicos (PALOFF e PRATT, 2004, p.47).

Considerações finais

A Educação a Distância não se configura como uma nova modalidade de educação, porém sua repercussão no Brasil vem sendo difundida, especialmente, a partir dos anos 90 quando um número significativo de Instituições de Ensino Superior (IES) passou a se credenciar, junto ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, para a oferta de cursos nessa modalidade, bem como foi criada a Secretaria de Educação a Distância que regulamenta e normatiza a prática da Educação a Distância nas instituições de ensino no país.

A partir da expansão da Educação a Distância em 2005, tem multiplicado o número de instituições que vem se credenciando bem como o número de alunos que procuram se beneficiar dessa modalidade de ensino. Os cursos de Educação a Distância absorvem um perfil diferente do aluno dos cursos presenciais, pois tais alunos são os responsáveis pela construção do conhecimento e, para isso, devem ter autodisciplina, dedicação, motivação e interesse pelo seu curso. Apesar da distância que os separa fisicamente (professor/aluno) ele não pode se considerar solitário neste processo de ensino/aprendizagem, pois conta com a mediação e

interação do professor e colegas por meio do ambiente virtual de aprendizagem. Ambos são co-participes desse processo, ou como uma,

[...] relação professor aluno ou ensino-aprendizagem mediada pedagogicamente e mediatizada por diversos materiais instrucionais e pela orientação tutorial. Isto é válido tanto para ambientes pedagógicos tradicionais como para aqueles que usam as novas tecnologias (RIANO, 1997, apud VIDAL e MAIA, 2010, p. 12).

Tem-se por outro lado a pressão exercida pelas novas tecnologias que incide não somente no espaço educacional, mas nesta esfera é atribuída maior notoriedade por ser o reconhecido espaço propulsor do conhecimento, do desenvolvimento do saber para a formação de competências. Na sociedade contemporânea, é cada vez maior o acesso a uma série de ferramentas tecnológicas que, além de estarem a serviço da comunicação, também têm sido incorporadas ao âmbito educacional. Como os números apontam a educação *on-line* a cada dia ganha mais adesão, tendo em vista que traz consigo a flexibilidade, que muitas vezes permite aos alunos escolher livremente onde e quando estudar, fator de fundamental importância para uma grande parcela da população que deseja e necessita continuar se aprimorando, mas muitas vezes não consegue pelo fato de o horário do trabalho ser concomitante com o do curso presencial almejado.

Finalmente, o incentivo à educação a distância compreende o contexto social da inclusão digital. Ainda que grande parte da população não possua computador, a disponibilidade dessas tecnologias é meio incontestável de acesso ao desenvolvimento e facilitação do aprendizado. Na atualidade, os sistemas de Educação a Distância constituem cada vez mais uma possibilidade real para quem, por diferentes razões, deseja concluir ou continuar um processo de formação educacional ou profissional.

Dentre as possibilidades existentes, e como parte da educação aberta e a distância, a educação virtual ou *on-line* (modalidade educativa realizada via Internet, especificamente pela *Web*) tem demonstrado ser uma alternativa para elevar os níveis de formação, capacitação e atualização, ao incorporar diversas estratégias pedagógicas orientadas por processos de aprendizagem autodirigida mediada pela tecnologia.

Não obstante as novas tecnologias, apesar de todas as críticas que lhes possam ser feitas, revolucionaram ou estão em condições de revolucionar a

educação. Porém, não há mágicas nesse processo. É fundamental a existência de um espaço institucional interessado na aplicação dessas tecnologias em todos os seus âmbitos, e por outro lado deve haver um forte investimento não somente em recursos tecnológicos, como também na produção de material didático próprio e na formação de professores.

Tais medidas, se devidamente conduzidas, constituirão efetivos *locus* de construção da cidadania, rompendo com tradicionais barreiras que separam o centro das periferias do Brasil. Contudo, depende da implementação de políticas públicas democráticas e fiscalização da comunidade, para que o Estado/governos oportunize uma educação digital de qualidade, criando condições de direito ao acesso e cidadania, eliminando progressivamente o que Castells (1999) chama de exclusão digital ao subdividir em três características, sendo a primeira para aqueles que não têm acesso à rede de computadores; o segundo destina-se àqueles que têm acesso ao sistema de comunicação, porém, com uma capacidade técnica muito baixa, e para a terceira elege aqueles que estão em conexão com a rede, mas não sabe qual o acesso que deve usar ou, qual a informação que deve pesquisar como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida.

A partir da análise de Castells significa que educar a distância é um processo bastante complexo, pois a sua implementação exige a escolha cuidadosa dos meios tecnológicos, bem como a observância do acesso dos aprendizes às tecnologias escolhidas para que os alunos possam de fato sentir-se incluídos nesse processo de ensino aprendizagem, uma vez que conforme já mencionado, a Educação a Distância integrada na universidade não é algo novo, porém não acontece da noite para o dia. As possibilidades estão dadas e não se vislumbra diante contexto atual, alternativas outras senão pô-las em prática, com seriedade e comprometimento ético, na perspectiva de se formar cidadãos competentes e críticos que saibam decifrar a realidade.

Abstract: This article aims at to carry through a visit to literature to reflect in the distance on the Education - EaD, modality of education that if forges in the society contemporary, and involves modern technologies to accumulate of stocks for the way of the inclusion the social citizens in the most diverse areas of the knowledge that had not assured the right to enter the actual courses of superior education. In this perspective, the developed urban centers duly are equipped with technological resources for this modality of education, however, still count on a significant parcel of the population that does not have access to the new technologies and automatically is excluded from the ingression in a superior course, therefore the development that appears with the new technologies does not guarantee access for all, the example of those citizens that still meet in some left regions of the planet to the proper luck.

Key- words: Education in the distance. Technology. Society in net.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1. ed. Brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9394/96 de 20.12.96.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. CAPES. UAB. Disponível em:
<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>.
Acesso em: 28/fev./ 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**; Tradução Roneide Venâncio Majer; atualizado para 6ª edição: Jussara Simões. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Compreender a transformação social. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (Orgs.) **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Brasília: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

DEMO, Pedro. **Formação permanente e tecnologias educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUAREZI, Rita de Cássia Menegaz & MATOS, Márcia Maria de. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpx, 2009.

IBÁÑEZ, Ricardo Marin. **A educação a distancia**. Suas modalidades e economia. Tradução de Ivana de Mello Medeiros e Ana Lourdes Barbosa Castro. Rio de Janeiro: UCB, 1996.

LAPA, Andrea Brandão. **A formação crítica do sujeito na educação a distância: a contribuição de uma análise sócio-espacial**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Junho, 2005.

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1990.

MAIA, Carmem e NETO, João Augusto Mattar. **ABC da EaD: educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PALOFF, Rena M.; PRATT, Keith. **O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line**. Porto Alegre-RS: Artmed, 2004.

SANTOS, João Vianney Valle dos. Cronologia da EAD no Brasil. In: DINIZ, Ester de Carvalho; VAN DER LINDEN, Marta Maria Gomes; FERNANDES, Terezinha Alves (Orgs.). **Educação a distancia: coletânea de textos para subsidiar a docência on-line**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2011.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo**. São Paulo: Ática, 2001.

VIDAL, Eloísa Maria e MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução a educação a distancia**. Fortaleza-CE: RDS, 2010.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão; HERMENEGILDO, Jorge; MORAES, Marialice e ROSSATO, Jaqueline. Institucionalização do EaD nas universidades públicas: unicidade e gestão. In: **Associação Brasileira de Educação a Distância**. Volume 11 – p. 64-72, 2012.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ZARTH, Paulo Afonso et. al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí-SC: UNIJUÍ, 1998.